

## GDI deforma resultados, prejudica a categoria e sucateia a empresa

**C**omeçaram na última semana as reuniões da “Comissão Paritária da GDI”, entre representantes da Copasa, SINDÁGUA, Senge e Saemg têm a oportunidade de buscar um consenso entre os trabalhadores e a direção da empresa para que este instrumento contemple a gestão que busque melhor desempenho e sirva também aos trabalhadores como ferramenta para adequar o seu trabalho em modelo efetivo para crescimento profissional e melhoria das condições para sua atividade.

A GDI foi um dos maiores pontos de discórdia para chegarmos ao último acordo coletivo. Vários são os problemas, que devem ser tratados pela comissão para corrigir falhas gritantes e que comprometem tanto os trabalhadores quanto a própria empresa.

Apesar de o acordo coletivo via conciliação judicial ter estabelecido a existência desta comissão, devemos lembrar que os representantes da própria Copasa concordavam na mesa de negociações de que algumas mudanças deveriam ser realizadas para estabelecer os índices usados para aferir o desempenho e definir a GDI.

Durante a campanha salarial apontamos vários problemas com dois dos quatro índices que compõem a GDI, o ROFI



(mede os custos financeiros de cada unidade) e o LIEM (faz a relação entre número de empregados e número de ligações). Todavia os problemas são generalizados, não perdendo os outros dois: ANCR (mede perda de água) e APPA (mede a qualidade e potabilidade da água).

A primeira reunião serviu para definir calendário das demais e solicitação de documentos, mas já podemos apresentar de antemão algumas preocupações crônicas.

Em primeiro lugar, não podemos concordar que os trabalhadores sejam aferidos por resultados em que não podem interferir, que não têm controle e os penaliza sem que possamos reagir para melhorar os indicadores. Se faltam instrumentos adequados de trabalho, como trabalhar com qualidade e eficiência? Como os trabalhadores podem responder pela qualidade da água se a empresa permite que terceirizados tenham acesso aos hidrômetros, à manutenção de redes e

até a coleta para análise de qualidade de água. Como responder pelos erros e negligência de terceiros? É reclamação corriqueira nos distritos de estarmos com as mãos amarradas, impedidos de combater as perdas de água, Motivo? São várias as denúncias de ocorrências de “gatos”, que fazem ligações clandestinas de água. As informações são caóticas: existem terceiros cobrando até R\$ 200,00 por “gato d’água”. E o que os trabalhadores da Copasa podem fazer quando o índice ANCR diagnostica volume fabuloso de água perdida? Esta intervenção de terceiros sem qualificação ou treinamento adequado pode, inclusive, penalizar a própria empresa, em casos caóticos da qualidade da potabilidade da água. Alguns números que discutimos na comissão daria um nó nas tripas de consumidores exigentes sobre as condições sanitárias do que estão bebendo, o que colocaria até mesmo concessões sobre risco.

Mostramos à Copasa que as preocupações com a GDI não são apenas dos trabalhadores, mas também e principalmente da empresa. A GDI acaba demonstrando que a Copasa padece graves prejuízos operacionais por causa da terceirização de atividades fins, comprometendo seriamente os controles de qualidade.

## Serviço de terceira compromete qualidade

Há muito que o Sindicato vem falando em sucateamento dos serviços e das estruturas na Copasa. Empresas terceirizadas escancararam a céu aberto sua atuação em atividades fins, sem qualquer apreensão de uma fiscalização, mesmo após a Copasa ter assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho para coibir tal irregularidade.

O resultado imediato é a queda na

qualidade do serviço e uma imagem cada dia mais negativa da empresa perante à população. O problema da substituição da mão de obra qualificada, no entanto, não acontece apenas pelos empregados de terceirizadas.

Aumentam as reclamações com o excesso de estagiário, aprendizes e albergados realizando serviços meios e até mesmo operacionais.

A situação crônica da falta de trabalhadores foi reclamada pelo

sindicato durante as negociações coletivas deste ano e a Copasa chegou a abrir concurso público, mas é necessário que tome também medida séria para assegurar que o trabalho de qualidade não seja contaminado pela irregularidade dos serviços temporários sistematicamente substituindo uns pelos outros que não têm efetivamente compromisso com a empresa.

# PPP do Manso é entreguismo do patrimônio público

**SINDÁGUA colhe dados sobre PPP de Taiaçupeba (SP) e acionar o Ministério Público para investigar “privatização branca”**



No último dia de outubro, um encontro em São Paulo aproximou os dois maiores sindicatos que representam trabalhadores no saneamento. Dirigentes do SINDÁGUA e do Sintaema (Sabesp) discutiram as condições da categoria em Minas e São Paulo, fazendo um comparativo das condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores e alinhando trabalho comum de mobilização na luta pelos direitos.

As duas direções trocaram informações sobre aspectos dos acordos coletivos e estratégias para avançar nos direitos dos trabalhadores. Ponto comum das preocupações, os processos de terceirizações de atividades fins das empresas foram abordados, além do compromisso de documentar as irregularidades para ingressar com ações no Ministério Público do Trabalho. Foram discutidos também os processos nas duas empresas de Parceria Público Privada (PPP), levantando todos os dados para que autoridades fiscalizadoras tenham subsídio para contestar irregularidades nas obras. O Sintaema repassará ao SINDÁGUA todos os dados relativos a PPP de Taiaçupeba, implementada pela Sabesp, possibilitando

comparações com a obra e o custo estimado pela Copasa para a PPP do Rio Manso.



Participaram da reunião pelo Sintaema, René Vicente dos Santos, presidente Dorgival Ferreira Bispo, Diretor Jurídico, Jorge Luiz Aguiar do Conselho Fiscal, Carlos Donizeti Cordeiro, Diretor de Base, e pelo Sindágua, José Maria Santos Rogério Matos, e o assessor Wagner Xavier.

## **Copasa lucra de R\$ 127,981 milhões no terceiro trimestre**

A Copasa apresentou no último trimestre de 2012 uma evolução de 6,6% em seu lucro líquido, comparando-se com o mesmo período de 2011. Foram R\$ 127,981 milhões agora, contra R\$ 120,104, de 2011. A receita operacional líquida da empresa atingiu R\$ 869,473 milhões.

Na apresentação do balanço trimestral, o presidente da empresa, Ricardo Simões, afirmou que até o final deste ano será publicado o edital da parceria público-privada (PPP) do rio Manso. A empresa vencedora será responsável pela implantação e operação, por 15 anos, de uma rede que aumentará a capacidade do sistema. Informou que os investimentos devem girar em torno de R\$ 400 milhões.

## **Texto sobre “Processo da PL”**